

# As corporações governamentais de crédito agrícola nos Estados Unidos

## A « Farm Credit Administration »

HANS FRANKE

Dr. rer. pól. e Dr. jur.

Depois de termos examinado, de modo geral, no número de março p.p., as corporações governamentais nos Estados Unidos, queremos analisar hoje a estrutura e as atividades da "Farm Credit Administration", tendo em vista a importância que apresenta o problema do crédito agrícola. A solução dos Estados Unidos merece o interesse do Brasil, que se acha em face do mesmo problema.

A "Farm Credit Administration" (daqui por diante FCA) é um órgão controlador (*overhead organization*), uma instituição de coordenação e de vigilância das diversas corporações governamentais destinadas a desenvolver o crédito agrícola, não obstante a autonomia de que gozam estas no campo de suas atividades.

Um decreto do presidente, de 27 de março de 1933, baseado numa autorização anterior do Congresso, criou a FCA. Esta absorveu diferentes instituições bem como alguns departamentos do Ministério da Agricultura, tornados supérfluos. Em junho de 1933, a FCA recebeu um novo estatuto, que facilitou a realização de sua tarefa pela criação de "banks for co-operatives", destinados a conceder grandes créditos às associações cooperativas agrícolas.

Segundo esse estatuto, o novo sistema de crédito agrícola compreende 4 categorias de corporações governamentais: 1 — os "federal land banks"; 2 — os "federal intermediate credit banks"; 3 — os "banks for co-operatives"; 4 — os "produc-

tion credit corporations and associations". (Ver Quadros I e II).

A falta de uniformidade das corporações governamentais não se explica somente por motivos de conveniência. Em parte, é causada pelo desenvolvimento histórico. Os "land banks" e os "intermediate banks" já existiam muito antes da criação da FCA (1917 e 1923, respectivamente). A finalidade — incrementar o crédito agrícola — é a mesma para as 4 categorias, embora seja diferente a maneira de sua realização.

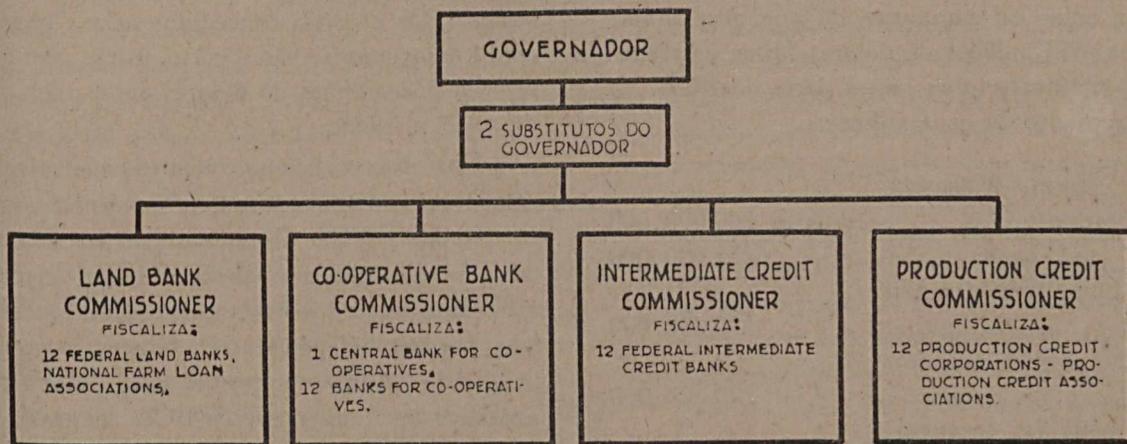
Quanto à estrutura territorial, o território dos Estados Unidos foi dividido em 12 distritos; em todos eles se encontra uma corporação governamental de cada uma das 4 categorias mencionadas. O fim principal é servir à economia nacional e não atingir o máximo de lucro — si bem que, por princípio não se renuncie a este. Além dessas 4 categorias algumas outras são subordinadas à FCA, por exemplo, a "Federal Mortgage Corporation", que empresta dinheiro aos proprietários mediante hipotecas sobre seus imóveis e que é obrigada a escolher 2/3 de seus diretores entre os funcionários da FCA. Assim também as "National Farm Loan Associations" — que, para a obtenção de fundos para seus empréstimos agrícolas, recorrem unicamente a seus membros — são controladas pela FCA.

A repartição central da FCA, em Washington, coordena e superintende essa grande rede de corporações de crédito. É o Presidente da República

quem nomeia o governador da FCA e seus dois substitutos, nomeações essas que exigem a aprovação do Senado. Da mesma forma são feitas as nomeações dos quatro funcionários incumbidos

O "Production Credit Commissioner", enfim, é o controlador das associações locais de crédito e das 12 "production credit corporations" dos distritos. (Ver Quadro I).

QUADRO I



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO - D. A. S. P.

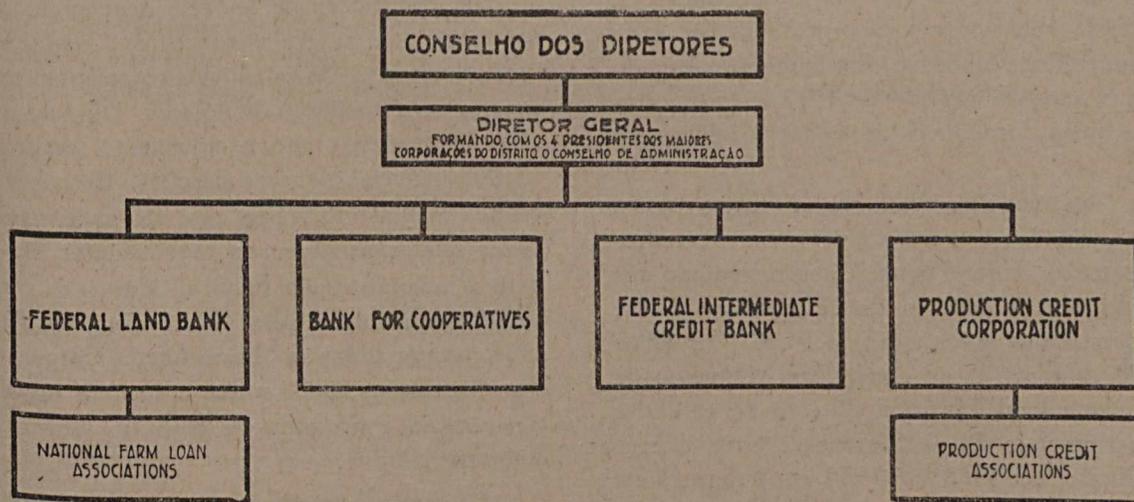
J. F. BARBOSA

Estrutura da hierarquia administrativa da "Farm Credit Administration".

cada um de velar pelas atividades dos membros da corporação que lhe é confiada. Assim o "Land Bank Commissioner" controla os "federal land banks" e as "national farm loan associations"; o

Todas as quatro instituições de crédito têm sua direção própria em cada distrito, cujo chefe responsável, o "general agent", é indicado pelo governador da FCA e nomeado pelo diretório do

QUADRO II



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO - D. A. S. P.

J. F. BARBOSA

Estrutura da "FCA" em cada um dos 12 distritos nos EE.UU.

"Intermediate Credit Commissioner" controla os 12 "intermediate credit banks", ao passo que o "Co-operative Bank Commissioner" é o gerente da direção do "central bank for co-operatives" e o responsável pelos 12 "banks for co-operatives".

distrito. Ha também um conselho de administração ("advisory committee") em todos os distritos; compõe-se do "general agent" e dos presidentes das quatro corporações governamentais mais importantes do distrito. (Ver Quadro II).

O Estado pôs os capitais necessários à disposição dessas diferentes organizações de crédito agrícola por aciação de sua fundação e tem, por vezes, feito contribuições ulteriores. Dêsse modo as organizações incorporadas à FCA são dispensadas da obrigação de reclamar do Congresso, todos os anos, os montantes de que necessitam. Em suma, 853 milhões de dólares foram empregados nas instituições que fazem parte da FCA. O quadro seguinte dá os detalhes :

Federal Farm Mortgage Corporation .....	dólares	200,000.000
Federal land banks .....	"	252,000.000
Federal intermediate credit banks .....	"	100,000.000
Production credit corporations .....	"	120,000.000
Central bank for co-operative .....	"	57,000.000
District banks for co-operative .....	"	95,000.000
Regional agricultural credit corporations .....	"	29,000.000
"	dólares	853,000.000

Os "federal land banks" emitem obrigações — os "farm loan bonds" — com a autorização da FCA e assim conseguem somas consideráveis. Eles concedem créditos hipotecários a longo prazo sendo que, em 3 anos do período de 1917 a 1936, atingiram a soma formidável de quasi 3 bilhões de dólares.

Os "intermediate credit banks" fazem face a suas necessidades financeiras por meio de redescontos entre os "federal banks", mas na maioria das vezes recorrem a emissão de *debêntures*. Nesse caso exige-se uma autorização da FCA. O público gosta de comprar essas obrigações. O nome de "intermediate bank" provém do fato de conceder créditos a prazo médio — 6 meses a 3 anos. Desde sua fundação, em 1923, até 1936, os "intermediate banks" puseram à disposição da produção agrícola créditos na importância de 3.115 milhões de dólares.

Os bens dos "co-operative banks" servem de garantia para os empréstimos que fazem; as suas transações de redesconto com os "intermediate banks", afim de conseguirem espécies, não atingem grande soma. Nos primeiros 3 anos de atividades dos 13 "banks for co-operatives" foram concedidos créditos de mais de 215 milhões de dólares.

As "production credit corporations" não contraem empréstimos. Utilizam seus capitais financiando as "production credit associations". Estas completam suas necessidades financeiras com empréstimos que fazem com a autorização da FCA e por meio de redescontos entre os "intermediate banks". Os créditos concedidos pelas "production credit associations" são a curto prazo. Seu total se eleva a 532 milhões de dólares em 3 anos e meio, de 1933 a 1936.

Das observações precedentes conclue-se que a colaboração das corporações governamentais incorporadas à FCA é muito intensiva. O controle do governador desta vai bem longe, embora as atividades de todas essas corporações apresentem uma notável independência. Graças a essa independência, torna-se possível uma adaptação às necessidades regionais. A FCA limita-se a sugestões, deixando às corporações filiadas uma liberdade de ação que pouco se diferencia da dos estabelecimentos particulares. Os limites de autonomia resultam unicamente de restrições estatutárias. Assim o montante máximo de uma hipoteca é limitado em 50.000 dólares e não pode exceder 50% do preço corrente do imóvel. Também a taxa dessas hipotecas não pode exceder 6% anuais.

As transações de imóveis ocupam lugar importante entre as realizadas pelos "land banks". No balanço de 1936 os imóveis representaram valor superior a 100 milhões de dólares. Durante o exercício desse mesmo ano, o movimento compreendeu 15.000 imóveis inteiros e parciais. Em vista desse grande movimento, vê-se logo ser impossível submeter tais transações aos regulamentos em vigor para a administração pública. Por essa razão, o Congresso resolveu, pelo "Farm Congress Act" de 1937, isentar todas as "Farm Credit Corporations" das disposições legais a que se acham submetidas a aquisição e a venda de bens do Governo dos Estados Unidos.

Quanto aos rendimentos das corporações governamentais, resultam, para os "land banks" e "intermediate credit banks", da diferença de 1% entre a taxa dos "farm loan bonds", que emitem, e os créditos que concedem. As receitas dos "co-operative banks" provêm dos juros de seus fundos, enquanto que a das "production credit corporations" resultam dos juros que recebem de seus devedores.

O emprêgo dos lucros de cada exercício é regulado por um só e mesmo princípio. Em primeiro lugar, destinam-se a um fundo de reserva para cobrir um *deficit* eventual e a crear outros fundos de reserva.

No começo, os "intermediate credit banks" tinham que destinar a metade de seu lucro líquido ao Estado, que assim recebeu mais de dois e meio milhões de dólares. Desde 1932, os lucros totais devem ser utilizados em favor de um fundo de reserva até que este equivalha ao fundo social.

No que concerne à contabilidade, um sistema uniforme foi estabelecido para todas as corporações da FCA. Cada uma deve remeter um relatório detalhado à repartição central em Washington, que o examina minuciosamente, compara o uniforme foi estabelecido para todas as corporações e, no caso de diferenças de resultados, cuida de obter explicações. Duas vezes por ano a FCA envia à sede da corporação peritos em contabilidade, os quais são perfeitos conhecedores de todo o campo de atividade, afim de examinarem não somente os livros mas toda sua gestão; a esses peritos são conferidos certos poderes administrativos de sorte que as revisões por eles feitas dispensam o Governo de tarefa igual.

O Tribunal de Contas é incompetente no que toca às revisões da gestão normal das "government corporations" incorporadas à FCA; entretanto, incumbe-lhe a revisão relativa às somas votadas pelo Congresso para as despesas de admi-

nistração da FCA, ao emprêgo dos empréstimos de fundos públicos concedidos e às contas da "Federal Farm Mortgage Corporation", desde que o Governo garanta as obrigações emitidas por essa última.

Em suma, a estrutura da FCA mostrou-se extraordinariamente capaz de realizar as finalidades econômicas que o Governo lhe destinou. A FCA garante uma gestão que se adapta sem dificuldade às necessidades várias e mutáveis da vida econômica. A grande descentralização e autonomia das corporações da FCA, sobretudo, têm se mostrado vantajosas. Si bem que a repartição central da FCA dê muito mais sugestões do que ordens, o poder do seu governador é muito grande e sua aprovação é indispensavel para a maioria das transações de cada uma das corporações. As revisões se fazem de modo muito prático, dado que são feitas por peritos independentes, os quais, sem se limitarem a um controle dos livros, se ocupam também do lucro das atividades e das possibilidades de seu aumento.

Já expusemos a importância da incompetência do Tribunal de Contas no que toca à revisão das corporações governamentais, em nosso artigo precedente, publicado no número de março último. Por essa razão, seria supérfluo repeti-lo.

Pode-se, sem exagero, pretender que o processo de revisões da FCA resolveu, em princípio, o problema do controle da gestão das "government corporations" em geral.

❖ OS CONCEITOS EMITIDOS EM TRABALHOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. A PUBLICAÇÃO DE TAIS TRABALHOS NESTA REVISTA É FEITA UNICAMENTE COM O OBJETIVO DE FACILITAR O CONHECIMENTO DE ASSUNTOS RELACIONADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ❖